

## RESENHA DE LIVRO

ALVES, Paulo Vicente. **Gestão Pública Contemporânea**, Rio de Janeiro, RJ: Alta Books, 2015.

Resenhado por Guayra Afonso Querino Alves

Mestranda em Administração Pública pela UFCG. Servidora da UFCG - Campus Cajazeiras

O livro foi escrito por Paulo Vicente Alves, professor da Fundação Dom Cabral e Doutor em Administração Pública pela FGV. Segundo o autor, a iniciativa de escrever esse livro se deu em virtude da escassez de livros de Administração Pública que abrangessem o tema da gestão em seu arcabouço teórico. O livro tem como principal objetivo dar o suporte necessário de conhecimento sobre gestão pública a seis públicos distintos: alunos de graduação em cursos sobre Gestão Pública; alunos de cursos de preparação para concursos públicos; alunos de pós-graduação em Gestão Pública; funcionários públicos recém-concursados; funcionários públicos recém-indicados para cargos comissionados; e funcionários públicos no meio da carreira, com pouco ou nenhum treinamento formal de Gestão Pública.

O autor organizou o livro de maneira a contemplar todo o processo histórico da formação do Estado até os dias atuais, evidenciando o papel do gestor público diante das transformações ocorridas. A obra é dividida em 6 capítulos: o primeiro trata dos fundamentos da Administração Pública; no capítulo 2, o autor faz uma análise histórica do Estado; no capítulo 3, é feita uma análise dos principais problemas atuais que atingem o Brasil e os demais Estados no mundo inteiro; no capítulo 4, o autor analisa de maneira mais específica a situação do Brasil no cenário atual; o 5º capítulo enumera possíveis rumos que o Estado (no mundo inteiro) pode tomar nos próximos anos; e por fim no capítulo 6, o autor faz suas considerações finais.

O capítulo 1, como citado anteriormente, traz os fundamentos da Administração Pública, onde o autor analisa as funções do Estado desde a sua origem até a sua adaptação à ambientes mais complexos que foram surgindo com o desenvolvimento do mundo. Dessa forma, ele contextualiza acerca da intervenção do Estado e como isso se relaciona com a liberdade individual. Nesse contexto, o autor evidencia a gestão pública enquanto profissão e como o gestor público pode lidar com as adversidades que surgem, como decidir em ambientes conturbados. Para o autor, “seres humanos não são bons ou maus, são seres egoístas que vivem presos em uma esquizofrenia, entre as vantagens de cooperar e as vantagens de competir”. Dando sequência às reflexões sobre as funções do Estado, Alves analisa as políticas públicas e a política agrupando-as em quatro categorias de acordo com as características em comum, e evidencia ainda duas visões distintas sobre essas políticas: a do cidadão, que prioriza os serviços essenciais e a do político, que prioriza os serviços típicos do Governo, como Planejamento e Gestão.

No capítulo 2, o autor aborda a evolução do Estado. Ele inicia caracterizando a origem do Estado (1ª geração), desde a introdução da agricultura no período Neolítico, surgimento da civilização Suméria e da moeda, desenvolvimento do comércio de longa distância até o crescimento da economia das cidades na bacia mesopotâmica. Na sequência, ele caracteriza a 2ª e 3ª gerações do Estado, ou Estado Clássico e o Sistema Global de Trocas, respectivamente. No Estado Clássico, o autor evidencia a expansão de redes de cidades e de Estados, que não estavam mais limitados à Mesopotâmia. Assim, desenvolveu-se o comércio para centros como Europa, África, Índia e China. Ele enfatiza ainda que nesse período

surgiram inovações importantes tais como a formação das Repúblicas, códigos de leis e a burocracia inicial.

A terceira geração do Estado, ou Sistema Global de Trocas, teve início por volta do séc IX, com o fim do Império Carolíngio (Império de Carlos Magno). Entretanto só após 1492, iniciou-se o desenvolvimento de um sistema global, envolvendo todos os continentes. O autor caracteriza essa fase com o surgimento da primeira federação, do Estado-nação e do capitalismo moderno. Além disso, ele utiliza a lógica dos ciclos hegemônicos, defendida por Arrighi (1996,2001) para argumentar que o sistema global é regido pela complexidade e que a estabilidade criada quando rede de Estados se aliam, não dura para sempre e assim o sistema entra em crise e fica instável nos períodos de transição hegemônica. Nesse contexto ainda, o autor ainda aborda o Estado Colonial, Mercantil e o Moderno, relacionando-os à teoria dos ciclos hegemônicos já citados. Finalizando o capítulo, Paulo caracteriza o Estado em Coevolução, onde os Estados vivem em competição interna, forçando-os a evoluírem juntos, ou seja, a coevolução é criada a partir da competição e da cooperação.

O capítulo 3 aborda os principais desafios enfrentados pelo Estados na contemporaneidade. O autor inicia o capítulo caracterizando os sistemas gerencias e seu desenvolvimento ao longo do tempo. Levando em consideração 4 de suas principais funções, que são: gestão de pessoas, suprimentos, planejamento e orçamento; gerenciamento e liderança. Ele deixa claro que cada organização tem problemas específicos e que um planejamento estratégico é fundamental para que os órgãos públicos possam identificar seus objetivos e suas necessidades. Além disso, Alves aborda os desafios a serem enfrentados pelo Estado, enumerando questões como: crise nos sistemas de aposentadoria, esgotamento do petróleo, problemas ambientais, conflitos culturais e terrorismo e os gastos com segurança pública. Para cada gargalo identificado, o autor sugere soluções para que o Estado resolva tais problemas.

No capítulo 4, o autor se detém aos desafios a serem enfrentados pelo Brasil considerando o seu dinamismo atual e as causas que impedem o seu crescimento. Ele deixa claro que o capítulo serve de guia para eleitores, funcionários públicos e políticos refletirem sobre os problemas do país e as possíveis soluções para eles. Inicialmente ele contextualiza o Brasil sob seu aspecto territorial não de forma geográfica, mas considerando territórios encontrados em países emergentes, mais propícios para aplicação em gestão de negócios e políticas públicas. Dessa forma, o país foi dividido em: Região Principal (Sudeste e Sul), Terra da Oportunidade (Norte e Nordeste), Região Preservada (Bioma da Selva Amazônica), Região de Fronteira (Fronteira de agronegócio no Centro-Oeste), Região Intermediária (Cerrado) e Região Desafiadora (Caatinga). Alves analisa cada região e seu desenvolvimento, evidenciando suas características. Em seguida, o autor enumera os principais gargalos ao crescimento enfrentados no Brasil, que são: protecionismo excessivo (a sociedade brasileira tem medo de abrir a economia, medo do investimento estrangeiro); falta de infraestrutura viária (o autor compara a estrutura viária brasileira à países emergentes como Índia e China, evidenciando assim a grande lacuna de rodovias no Brasil); falta de energia (o Brasil precisa multiplicar sua capacidade energética se quiser atingir um nível de desenvolvimento equivalente a um IDH de 0,9 em 2050); complexidade dos sistemas legal e tributário (sistema legal lento e alta carga de impostos); educação (baixa expectativa de vida escolar); pesquisa e desenvolvimento (pouco investimento em pesquisa e desenvolvimento e em capital intelectual); defesa e segurança pública (falta de pesquisas e desenvolvimento de tecnologias militares). Dentro dos problemas citados, o autor evidencia a importância das parcerias público-privadas para ajudar o Estado a resolvê-los.

Dentro desse contexto, Alves propõe uma agenda para a resolução dos problemas no Brasil citados anteriormente. Entretanto, ele pontua que a resposta para tais problemas não é simples e que devem ser considerados todos os custos de implementação, a dificuldade, ganhos econômicos e políticos das reformas, e ainda as ideologias políticas de cada pessoa, além do fato de que a maior parte dos problemas enumerados necessita de projetos de longo prazo. Ele deixa ainda evidente a sua opinião pessoal e sua ideologia política quanto às questões de educação e energia atualmente no Brasil.

O capítulo 5 traz uma análise sobre para onde poderá migrar a coevolução do Estado. O autor faz essa previsão futura com base nos ciclos Hegemônicos (5º parágrafo) e de Kondratieff (Kondratieff percebeu que inovações tecnológicas ocorriam em ciclos de 50 a 60 anos e não de forma homogênea ao longo do tempo, afetando assim a economia e a sociedade). Segundo o autor, os ciclos de Kondratieff são divididos em 4 subfases: recuperação, crescimento, esgotamento e crise. Ele acredita que tanto os ciclos hegemônicos quanto os de Kondratieff irão se repetir até o final do século XXI, e a partir disso, descreve o capítulo com uma previsão para um século em quatro atos. O ato 1 seria a crise da década de 2020 com disputas por recursos no mundo inteiro. O 2º ato seria a revolução tecnológica da década de 2040 com a continuação do drama entre desenvolvimento e controle de natalidade, ascensão de seres híbridos, com implantes computacionais e modificados geneticamente. O ato 3 seria caracterizado pelas guerras das décadas de 2070 e 2080, com conflito econômicos, militares, políticos e sociais e seres humanos vivendo em condições de pobreza aliviados por programas sociais. E o 4º ato seria a nova hegemonia e revolução dos anos 2090. Nesse ato, a grande questão é saber quem será a nova potência mundial e o autor acredita em uma fusão entre os EUA e o México, devido a integração econômica e demográfica atual entre os dois países.

Por fim o capítulo 6 traz as conclusões do autor acerca de 4 pontos-chave identificados ao longo do livro. Ele conclui que: o Estado é um ser em coevolução, ou seja, não existe um Estado perfeito, pois ele precisa mudar e se adaptar às mudanças para sobreviver; novos desafios nos aguardam no futuro e é preciso educar as pessoas para dar liberdade de pensar e resolver problemas de forma mais dinâmica, já que não existem respostas prontas para os problemas; é necessário a sinergia entre o público e o privado, ou seja, eles devem trabalhar em conjunto garantindo a sobrevivência do Estado; e por último problemas diferentes requerem soluções diferentes, exigindo que o gestor evolua intelectualmente para acompanhar a evolução do mundo e os novos problemas que surgem, ou seja, pensar de uma nova forma.

O livro Gestão Pública Contemporânea visa dar o entendimento sobre as questões enfrentadas pela gestão pública no mundo e no Brasil, enfatizando principalmente os desafios contemporâneos do setor público. Do ponto de vista teórico, o livro poderia tratar mais da figura do gestor, dada a sua importância dentro da gestão pública. Outro ponto a ser destacado, dessa vez sob o aspecto estrutural do texto é que o autor não facilita o entendimento do leitor nas tabelas e quadros, visto que os explica muitas vezes, de forma bem específica para somente nas próximas páginas apresentá-los. Entretanto o livro permite que se tenha uma visão ampla dos problemas que a gestão pública teve e terá que enfrentar ao longo do tempo. Além de se ter um retrato da situação da Gestão Pública Brasileira atualmente.